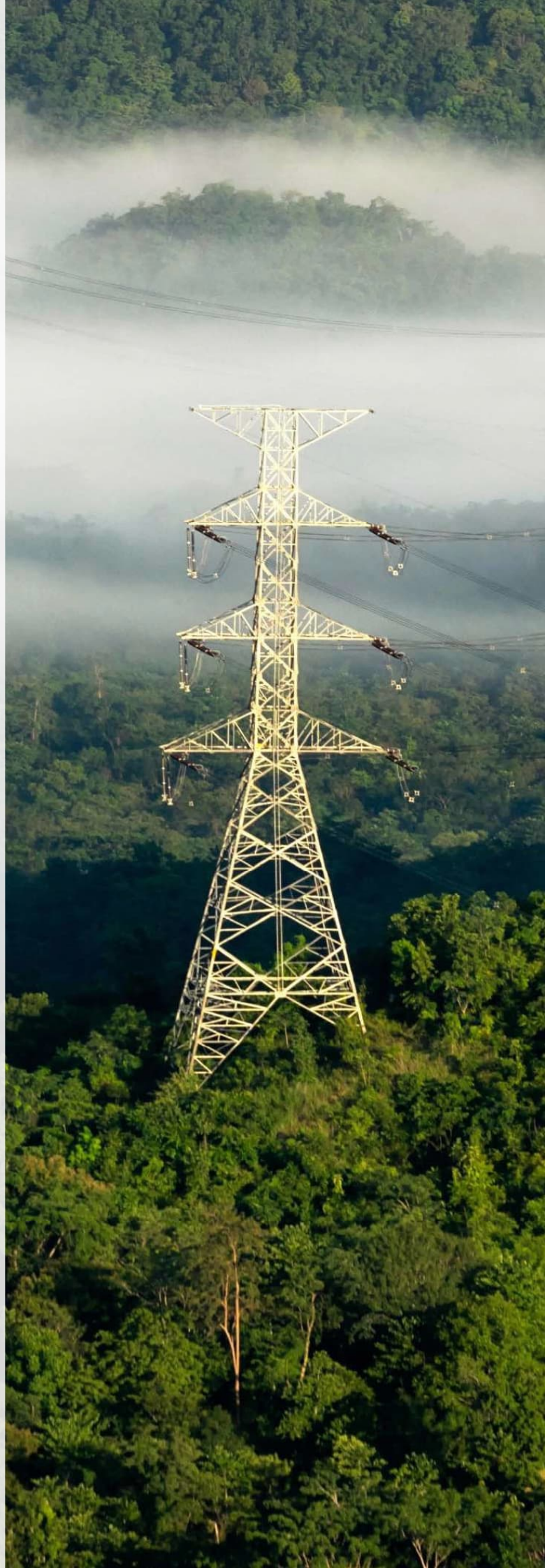


Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.

(Anteriormente denominada Equatorial Transmissora 5
SPE S.A.)

Informações intermediárias em 31 de março de 2026



Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.

Informações intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	7

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	9
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS	10
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	11
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	11
6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	12
7. ATIVOS DE CONTRATO.....	13
8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	13
9. DEBÊNTURES.....	15
10. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL) CORRENTES E DIFERIDOS	16
11. PIS E COFINS DIFERIDOS	17
12. CONTINGÊNCIAS.....	18
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
14. LUCRO POR AÇÃO.....	19
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19
16. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	20
17. RESULTADO FINANCEIRO.....	20
18. PARTES RELACIONADAS.....	21
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	23
20. SEGUROS.....	24



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Diretores e Acionistas da
Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Alto Sertão Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 13 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and lines, positioned above the name of the signatory.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Balço patrimonial
Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/03/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.918	13.980
Títulos e valores mobiliários	5	58.205	32.848
Contas a receber de concessionária e permissionárias	6	21.275	20.296
Ativo de contrato	7	135.531	134.260
Serviços de P&D		1.503	1.503
Depósitos judiciais		-	13
Adiantamento a fornecedores		7	-
Impostos e contribuições a recuperar		447	357
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		9.619	8.233
Outros ativos		1.267	1.307
Total do circulante		238.772	212.797
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	13.270	12.854
Depósitos judiciais		16	3
Intangível		1.156	1.170
Ativo de contrato	7	1.161.813	1.153.024
Total do não circulante		1.176.255	1.167.051
Total do ativo		1.415.027	1.379.848
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		4.744	4.275
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		324	152
Empréstimos e financiamentos	8	18.329	17.382
Debêntures	9	4.645	3.515
Impostos e contribuições a recolher		1.223	1.151
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		8.040	6.736
PIS e COFINS diferidos	11	-	5.626
Partes relacionadas	18	1.158	-
Dividendos a pagar	18	1.792	1.792
Encargos setoriais		1.999	1.896
Outros passivos		5.867	5.655
Total do circulante		48.121	48.180
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	280.949	285.228
Debêntures	9	86.570	85.085
PIS e COFINS diferidos	11	120.004	113.448
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	257.164	253.524
Outros passivos		1.650	1.650
Total do não circulante		746.337	738.935
Total dos passivos		794.458	787.115
Patrimônio líquido			
Capital social	13	89.257	89.257
Reserva legal		17.850	17.850
Reservas de lucros		350.993	350.993
Reserva de incentivos fiscais		63.227	63.227
Reserva para investimento e expansão		71.406	71.406
Lucro do período		27.836	-
Total do patrimônio líquido		620.569	592.733
Total do passivo e patrimônio líquido		1.415.027	1.379.848

As notas explicativas são parte integrante nas informações intermediárias.

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	15	41.471	38.920
Custos operacionais	16 (a)	(1.161)	(1.151)
Lucro bruto		<u>40.310</u>	<u>37.769</u>
Despesas gerais e administrativas	16 (b)	(811)	(339)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	3
Total de despesas operacionais		<u>(811)</u>	<u>(336)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		<u>39.499</u>	<u>37.433</u>
Receitas financeiras		2.132	2.220
Despesas financeiras		(8.100)	(10.953)
Resultado financeiro	17	<u>(5.968)</u>	<u>(8.733)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>33.531</u>	<u>28.700</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.054)	(1.404)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(3.641)	(4.471)
Impostos sobre o lucro	10 (a)	<u>(5.695)</u>	<u>(5.875)</u>
Lucro líquido do período		<u><u>27.836</u></u>	<u><u>22.825</u></u>

As notas explicativas são parte integrante nas informações intermediárias.

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	27.836	22.825
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	<u>27.836</u>	<u>22.825</u>

As notas explicativas são parte integrante nas informações intermediárias.

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total	
			Legal	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	Reserva de lucros a realizar			Incentivos fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2024		89.257	17.845	16.879	75.077	228.116	44.498	-	471.672
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	22.825	22.825
Saldo em 31 de março de 2025	13	89.257	17.845	16.879	75.077	228.116	44.498	22.825	494.497
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13	89.257	17.850	71.406	-	350.993	63.227	-	592.733
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	27.836	27.836
Saldo em 31 de março de 2026		89.257	17.850	71.406	-	350.993	63.227	27.836	620.569

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		27.836	22.825
Ajuste para:			
Amortização do intangível		14	14
Remuneração do ativo de contrato	7	(43.321)	(40.859)
Receita de operação e manutenção	7	(2.747)	-
PIS e COFINS diferidos	11	930	800
Encargos de dívidas, juros e variações monetárias	16	7.549	9.696
Rendimentos de aplicações financeiras	16	(2.236)	(2.314)
Imposto de renda e contribuição social corrente	10 (a)	2.054	1.404
Imposto de renda e contribuição social diferido	10 (a)	3.641	4.471
		<u>(6.280)</u>	<u>(3.963)</u>
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:			
Contas a receber de concessionária e permissionárias		(979)	(4.902)
Ativo de contrato		36.008	32.214
Impostos e contribuições a recuperar		(90)	3
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		(1.386)	133
Adiantamento a fornecedores		(7)	-
Outros ativos		40	201
Fornecedores		469	(199)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		172	-
Impostos e contribuições a recolher		72	563
Impostos e contribuição sobre o lucro a recolher		1.403	(222)
Encargos setoriais		103	161
Outros passivos		1.370	1.060
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>30.895</u>	<u>25.049</u>
Rendimento de aplicações financeiras		2.236	2.314
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.153)	(1.321)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	8	(4.199)	(5.150)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>26.779</u>	<u>20.892</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicação e resgate de títulos e valores mobiliários		(25.773)	(17.010)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(25.773)</u>	<u>(17.010)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos	8	(4.068)	(3.863)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>(4.068)</u>	<u>(3.863)</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.062)</u>	<u>19</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		13.980	202
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		10.918	221
Variação em caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.062)</u>	<u>19</u>

As notas explicativas são parte integrante nas informações intermediárias.

1. Contexto operacional

A Alto Sertão Transmissora de Energia S.A. (“Alto Sertão Transmissora”, “Companhia” ou “Outorgada”), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 5 SPE S.A, teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ no 26.845.283/0001-66 e constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Verene Transmissão Subholding S.A., anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A., sendo sua controladora final a Verene Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Catete 359, 4º andar – Catete - RJ, CEP 22.220-001. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: Linha de Transmissão Igaporã III - Janaúba 3 C2, em 500(*) kV, com extensão aproximada de 257(*) quilômetros.

(*) Não revisado.

1.1. Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão nº 013/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser revogado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1.600/2020, com validade pelo período de dez anos, contados a partir de sua assinatura em 17 de dezembro de 2020, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estando elas estabelecidas conforme detalhado a seguir:

Ciclo	RAP	Resolução homologatória (RH)	Índice de correção
2025-2026	130.419	nº 3.481, de 15 de julho de 2025	IPCA
2024-2025	123.832	nº 3.348, de 15 de julho de 2026	

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,32% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da Resolução Homologatória 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,42% a RAP.

1.2. Reforma tributária sobre consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas demonstrações financeiras, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

1.3. Alteração do controle acionário

Em 31 de outubro de 2025 foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações e mudança de controle da Companhia ("Operação"), em conjunto com a sua controladora direta, Verene Transmissão Subholding S.A. (anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A.), subsidiária integral da Equatorial S.A., na qualidade de vendedora, para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pelo *La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPQ)*.

Com a conclusão da Operação, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Verene Energia S.A. através da Infraestrutura e Energia Brasil S.A., deixando de ser controlada, direta ou indiretamente, pela Equatorial S.A.

2. Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

2.1. Base de preparação

As informações intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

As informações intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações intermediárias. Desta forma, as informações relevantes, próprias das informações intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

A emissão das informações intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de maio de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações intermediárias da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Políticas contábeis materiais, estimativas e julgamentos

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis materiais descritas na nota explicativa 3 – Políticas contábeis materiais, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e devem ser analisadas e lidas em conjunto.

3.1. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1° de janeiro de 2026 e não identificou impactos significativos em suas informações intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.1.2. Normas emitidas, mas não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações financeiras	<p>O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria.</p> <p>O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1: Apresentação das Demonstrações financeiras.</p>	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	572	1.027
Certificado de Depósito Bancário - (CDB) (a)	10.346	8.949
Operações compromissadas (a)	-	4.004
Total	<u>10.918</u>	<u>13.980</u>

- (a) O caixa e equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, e Operações Compromissadas com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Os CDBs têm sua remuneração baseada na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no trimestre findo em 31 de março de 2026 equivale a 96,25% a.a. do CDI (90,54 % a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5. Títulos e valores mobiliários

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Cotas de fundos de investimento (a)	58.205	32.848
Não circulante		
Recursos Vinculados (b)	13.270	12.854
Total	<u>71.475</u>	<u>45.702</u>

- (a) Os fundos de investimentos são compostos por ativos financeiros com vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, emitidos por instituições financeiras e Companhias de primeira linha de acordo com a política de investimento dos fundos.
- (b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia tem como benchmark de remuneração a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de março de 2026 equivale a 108,51% a.a. do CDI (99,48 % a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

Segue abaixo a composição do contas a receber:

	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	13.526	13.185
Saldos vencidos		
90 dias	668	386
entre 91 e 180 dias	362	867
entre 181 e 365 dias	1.173	565
acima de 365 dias (a)	5.546	5.293
Total (b)	<u>21.275</u>	<u>20.296</u>

- (a) A Companhia na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste unicamente na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu repasse, na rubrica de “contas a receber”, no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outros passivos”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até a efetiva transferência dos valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui ingerência, responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

- (b) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, o risco de crédito é considerado baixo devido ao arcabouço regulatório do setor e aos mecanismos de mitigação existentes. Com base nessa avaliação, a perda de crédito esperada foi considerada não relevante para as demonstrações financeiras do período. A Companhia monitora continuamente eventuais mudanças no risco de crédito.

7. Ativo de contrato

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	135.531	134.260
Não circulante	1.161.813	1.153.024
Total	1.297.344	1.287.284

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

Em 31 de dezembro de 2024	1.094.138
Remuneração (b)	40.859
Amortização (c)	(32.214)
Em 31 de março de 2025	1.102.783
Em 31 de dezembro de 2025	1.287.284
Receita de operação e manutenção (O&M) (a)	2.747
Remuneração (b)	43.321
Amortização (c)	(36.008)
Em 31 de março de 2026	1.297.344

- (a) O saldo decorre da contrapartida de receita de manutenção e operação reconhecida no período;
(b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA);
(c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final do contrato de concessão.

8. Empréstimos e financiamentos

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	18.329	17.382
Não circulante	280.949	285.228
Total	299.278	302.610

(a) Características

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	Vigência	
			Início	Vencimento
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	IPCA + 2,57%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	fev/19	jan/39

(b) Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período está demonstrada a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2024	16.880	301.988	318.868
Encargos	6.711	-	6.711
Transferências	4.138	(4.138)	-
Amortização de principal	(3.863)	-	(3.863)
Pagamentos de juros	(5.469)	-	(5.469)
Custo de transação (i)	30	-	30
Principal e encargos	18.547	299.381	317.928
Custo de transação (i)	(120)	(1.531)	(1.651)
Em 31 de março de 2025	18.427	297.850	316.277
Em 31 de dezembro de 2025	17.382	285.228	302.610
Encargos	4.904	-	4.904
Transferências	4.279	(4.279)	-
Amortização de principal	(4.068)	-	(4.068)
Pagamentos de juros	(4.199)	-	(4.199)
Custo de transação (i)	31	-	31
Principal e encargos	18.448	282.361	300.809
Custo de transação (i)	(119)	(1.412)	(1.531)
Em 31 de março de 2026	18.329	280.949	299.278

(i) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(c) Cronograma de amortização

	31/03/2026	%
Circulante	18.329	7%
2027	17.082	6%
2028	17.157	6%
2029	17.499	6%
2030 em diante	230.623	77%
Subtotal (não circulante)	282.361	94%
(-) Custo de transação (Não circulante)	(1.412)	(1%)
Não circulante	280.949	93%
Total de empréstimos	299.278	100%

(d) *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Notas explicativas às informações intermediárias
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais)

9. Debêntures

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	4.645	3.515
Não circulante	86.570	85.085
Total	91.215	88.600

(a) Características

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento
1ª	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39

- (1) Emissão pública de debêntures simples
 (2) Não conversíveis em ações
 (3) Espécie quirografária
 (4) Debêntures incentivadas
 (5) Garantia fidejussória

(b) Movimentação

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2024	2.464	83.926	86.390
Encargos	1.075	-	1.075
Transferências	(48)	48	-
Variação monetária	44	2.107	2.151
Custo de transação (i)	48	-	48
Principal e encargos	3.631	88.647	92.278
Custo de transação (i)	(48)	(2.566)	(2.614)
Em 31 de março de 2025	3.583	86.081	89.664
Em 31 de dezembro de 2025	3.515	85.085	88.600
Encargos	1.130	1.437	2.567
Transferências	(48)	48	-
Custo de transação (i)	48	-	48
Principal e encargos	4.842	88.940	93.782
Custo de transação (i)	(197)	(2.370)	(2.567)
Em 31 de março de 2026	4.645	86.570	91.215

- (i) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

(c) Cronograma de amortização

	31/03/2026	%
Circulante	4.645	5%
2027	2.868	3%
2028	3.726	4%
2029	4.640	5%
2030 em diante	77.706	85%
Subtotal (não circulante)	88.940	98%
(-) Custo de transação (Não circulante)	(2.370)	(3%)
Não circulante	86.570	95%
Total de debêntures	91.215	100%

(d) *Covenants* e garantias das debêntures

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) tendo como base suas informações trimestrais;
- (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Verene Transmissão Subholding S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação as informações contábeis trimestrais.

<i>Covenants</i> debêntures	Debêntures
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5	2,54
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0	4,65

10. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) correntes e diferidos

(a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	31/03/2026		31/03/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IR e CSLL	33.531	33.531	28.700	28.700
Alíquotas nominais vigentes	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	8.383	3.018	7.175	2.583
IRPJ subvenção governamental	(5.700)	-	(3.893)	-
Outras adições (reversões) permanentes	(6)	-	6	4
Total	2.677	3.018	3.288	2.587
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	2.054	-	1.404
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	2.677	964	3.288	1.183
Total	2.677	3.018	3.288	2.587
Taxa Efetiva	8%	9%	11%	9%

(b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2025	Reconhecimento no resultado	Baixas	31/03/2026
Ativo fiscal diferido				
Prejuízo fiscal	5.261	-	-	5.261
Provisão para participação nos lucros	63	-	-	63
Total	5.324	-	-	5.324
Passivo fiscal diferido				
Custo/ Receita - CPC 47/IFRS 15	(258.848)	(4.969)	-	(263.817)
Outros	-	1.329	-	1.329
Total	(258.848)	(3.640)	-	(262.488)
Total líquido	(253.524)	(3.640)	-	(257.164)

(c) Expectativa de recuperação – Prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2028, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2026	2027	2028	2029	Total
IR / CSLL diferidos a realizar	5.305	19	-	-	5.324

11. PIS e COFINS diferidos

	31/03/2026	31/12/2025
PIS	21.406	21.240
COFINS	98.598	97.834
	120.004	119.074
Circulante	-	5.626
Não circulante	120.004	113.448

A base de cálculo está apresentada a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Receita sobre ativos financeiros	43.321	162.245
Receita Anual Permitida – RAP	(36.009)	(139.993)
Receita de Operação e Manutenção	2.747	7.918
Revisão de premissas do ativo de contrato (a)	-	162.976
Base para PIS/COFINS diferido	10.059	193.146
Alíquota	9,25%	9,25%
PIS/COFINS diferidos (i)	930	17.866
Saldo no início do período (ii)	119.074	101.209
Saldos em em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (i) + (ii)	120.004	119.074

(a) A variação nesta linha refere-se à adoção da metodologia do ativo de contrato explicada na nota explicativa nº 7.

De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura.

Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a Administração entende pela exigibilidade do montante, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável.

Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis.

12. Contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão processual, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de março de 2026, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível é de R\$ 383.239 (R\$ 79 em 31 de dezembro de 2025), conforme segue:

Possível	31/03/2026	31/12/2025
Cível	383.239	79
Total	383.239	79

13. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 89.257 e está representado por 89.256.949 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Verene Transmissão Subholding S.A. (controlada indireta da Verene Energia S.A). Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

(b) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constitui-la e não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de março de 2026, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 350.993 (R\$ 350.993 e 31 de dezembro de 2025).

(c) Reservas de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de março de 2026, o saldo desta reserva é de R\$ 63.227 (R\$ 63.227 em 31 dezembro de 2025).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

(d) Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de março de 2026, o saldo desta reserva é de R\$ 71.406 (R\$ 71.406 em 31 de dezembro de 2025).

14. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	27.836	22.825
Ações ordinárias	89.257	89.257
Lucro básico e diluído por ação	<u>0,31</u>	<u>0,26</u>

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas informações intermediárias.

15. Receita operacional líquida

	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração de ativos de contrato (a)	43.321	40.859
Receita de operação e manutenção	2.747	1.984
Outras receitas	142	-
Receita bruta	<u>46.210</u>	<u>42.843</u>
PIS/COFINS corrente e diferido	(4.242)	(3.500)
Encargos do consumidor (b)	(497)	(423)
Deduções da receita	<u>(4.739)</u>	<u>(3.923)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>41.471</u></u>	<u><u>38.920</u></u>

(a) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº 7 – Ativo de contrato;

(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

16. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais

	31/03/2026	31/03/2025
Serviços de terceiros	(810)	(583)
Pessoal	(283)	(514)
Material	(2)	(23)
Amortização do ativo intangível	-	(14)
Outros custos operacionais	(66)	(17)
Total	(1.161)	(1.151)

(b) Despesas gerais e administrativas

	31/03/2026	31/03/2025
Pessoal	(368)	(176)
Serviços de terceiros	(384)	(118)
Arrendamento e aluguéis	-	(1)
Seguros	(22)	-
Amortizações	(14)	-
Outras (Despesas) Receitas operacionais	(23)	(44)
Total	(811)	(339)

17. Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Rendimento de aplicações financeiras	2.236	2.314
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(104)	(108)
Outras receitas financeiras	-	14
Receitas financeiras	2.132	2.220
Encargos e variação monetária da dívida (a)	(7.549)	(9.696)
Despesas com Aval	-	(1.009)
Outras receitas (despesas) financeiras	(551)	(248)
Despesas financeiras	(8.100)	(10.953)
Resultado financeiro	(5.968)	(8.733)

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às informações intermediárias
Período findo em 31 de março de 2026
(Em milhares de reais)

18. Partes relacionadas

A Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, conforme detalhado a seguir:

	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2025
	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Resultado Receita (despesa)
Contas a receber				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	2
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	3
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	7
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - (i)	-	-	-	5
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) - (i)	-	-	-	3
Barreiras Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	8
Buritirama Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	7
Jaíba Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	11
Alto Sertão Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	229
Presidente Juscelino Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	115
Tapajós Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	20
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	25
Total	-	-	-	435
Contas a pagar				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	(47)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	(22)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	(8)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	(8)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - (i)	-	-	-	(8)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) - (i)	-	-	-	(3)
SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A.	(29)	(29)	-	-
Verene Energia S.A. (ii)	(1.042)	(1.042)	-	-
Barreiras Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	(9)
Buritirama Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	(25)
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	(7)
Jaíba Transmissora De Energia S.A.	(74)	(74)	-	(478)
Presidente Juscelino Transmissora De Energia S.A.	-	-	-	(37)
Tapajós Transmissora De Energia S.A.	(12)	(12)	-	(54)
Verene Transmissão Subholding 2 S.A.	(1)	(1)	-	(1.009)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. - (i)	-	-	-	(22)
Total	(1.158)	(1.158)	-	(1.737)
Dividendos a pagar				
Verene Transmissão Subholding S.A. (iii)	1.792	-	1.792	-
Total	1.792	-	1.792	-

- (i) Como detalhado na nota explicativa 1.2 - Alteração do controle acionário, a Companhia não faz mais parte do grupo da Equatorial S.A., sendo assim essas Entidades não são mais partes relacionadas da Companhia.
- (ii) As despesas referem-se ao reembolso de gastos realizados entre 01/11/2025 e 31/03/2026, associados a (i) pessoal, (ii) infraestrutura e (iii) estrutura administrativa.
- (iii) Refere-se ao saldo de dividendos mínimos obrigatórios para distribuição, em 31/12/2025;

(a) Remuneração do pessoal chave da administração

A Diretoria Executiva é remunerada de forma compartilhada entre todas as controladas da holding Verene Energia S.A. O Conselho de Administração possui modelo de remuneração distinto: os membros que atuam nos Conselhos de Administração das Companhias têm sua remuneração atribuída e paga diretamente por cada uma delas.

Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve aprovação de novos valores de remuneração, permanecendo vigente o montante total de R\$ 236 aprovado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os membros da Administração não mantêm operações de empréstimos, adiantamentos ou outros acordos com a Companhia além daqueles relacionados aos serviços prestados no curso normal de suas atividades. A Companhia não concede ao seu pessoal-chave da Administração benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato, benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

19. Demonstração dos fluxos de caixa

19.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Em 31 de março de 2026, não foram realizadas transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa.

19.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2025	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros*	Outros (**)	31/03/2026
Empréstimos e financiamentos	302.610	(4.068)	(4.411)	5.148	299.279
Debêntures	88.600	-	-	2.614	91.214
Dividendos a pagar	1.792				1.792
Total	393.002	(4.068)	(4.411)	7.762	392.285

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas.

20 Instrumentos financeiros

20.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de concessionárias e permissionárias, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança com acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo estes dívida líquida sobre EBITDA.

20.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

20.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

As divulgações quantitativas e da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

	Nota	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo:							
Caixa	4	1	Custo amortizado	10.918	10.918	13.980	13.980
CDB e operações compromissadas	4	2	VJR*	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	5	2	VJR*	71.475	71.475	45.702	45.702
Concessionárias e permissionárias	6	1	Custo amortizado	21.275	21.275	20.296	20.296
Total				103.668	103.668	79.978	79.978
Passivos a custo amortizado:							
Fornecedores	-	1	Custo amortizado	4.744	4.744	4.275	4.275
Empréstimos e financiamentos	8	1	Custo amortizado	299.278	299.278	302.610	302.610
Debêntures	9	1	Custo amortizado	91.215	94.906	88.600	97.419
Total				395.237	398.928	395.485	404.304

*VJR – Valor justo por meio do resultado

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Considerável nível de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período em que ocorreram as mudanças. Para o período findo em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

20.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Para o período findo em de 31 de março de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

21 Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 31 de março de 2026, estão demonstrados a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Risco operacional (i)	30/04/2025 a 30/06/2026	542.482
Responsabilidade civil (i)	30/04/2025 a 30/06/2026	50.000
<i>Directors and officers</i>	28/07/2025 a 28/01/2027	60.000

(i) Estas apólices cobrem as coligadas que são controladas pela Verene Energia S.A., sua controladora final.

Diretoria

José Cherem Pinto,
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,
Diretora Financeira

Daniela Martins Costa Elarrat
Contadora
CRC RJ 120.115/O-0